TLS911

COMUNICADO DE IMPRENSA

Durante o fim-de-semana de 14/15 de Julho estiveram reunidos em Coimbra vários Grupos de Solidariedade com Timor-Leste para analisarem a situação do problema e fazerem um balanço da sua actividade ao longo do primeiro semestre deste ano.

As organizações participantes constataram uma evolução de sentido contrário no que se refere à situação em Timor-Leste e ao contexto internacional em que a questão se insere: se, por um lado, a população do território demonstra cada vez mais e com maior coragem a sua recusa em aceitar a ocupação colonial e se as forças de Jacarta se vêem impotentes perante o vigor do nacionalismo maubere, por outro lado, Jacarta tem conseguido alguns êxitos no campo diplomático (como das recentes posições assumidas pela China e pelo Zimbabué).

Perante esta situação, a potência Administrante prima, uma vez mais, pela cedência às pressões do agressor. A pretexto das negociações em Nova Iorque, e enquanto os Generais indonésios intensificam as acções de repressão sobre o povo timorense, Lisboa afirma não ser oportuno recomeçar as emissões de rádio em onda curta, destinadas a levar ao povo maubere a nossa cultura e o nosso apoio inequívoco à luta pelos seus direitos. Enquanto o Ministro da Defesa anuncia um novo genocídio, como forma de responder aos sentimentos nacionalistas timorenses, o Conselho da Europa rejeita uma resolução sobre Timor-Leste, na ausência dos proponentes portugueses, ausentes em parte incerta.

Na verdade, as negociações para a prevista visita de uma delegação parlamentar a Timor-Leste tem justificado muita coisa, muita passividade ou muita falta de vontade política de encontrar, de facto, uma solução que respeita os direitos do povo maubere: o silêncio sobre o tratado do "Timor Gap", a não realização da reunião internacional de parlamentares em Lisboa, agora a recusa de chegar a Timor-Leste via rádio.

Uma visita de um órgão de soberania a Timor-Leste só se pode realizar no contexto de uma política externa clara, autónoma e exemplar na defesa - na teoria e na prática - do direito à autodeterminação que assiste a todos os povos e que regula as relações sãs entre eles. Caso contrário, o estado português estará a contribuir para abafar o genocídio do povo maubere, estará a estender a mão ao regime ditadura colonial do General Suharto e ficará para sempre coberto de vergonha.

Nenhuma negociação por mais promissora que pareça ser, pode justificar o desrespeito pela vida humana e pelos direitos inalienáveis dos povos.

Lisboa, 16 de Julho, 1990

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE
GRUPO "PAZ E JUSTIÇA PARA TIMOR-LESTE"
GRUPO "A PAZ É POSSIVEL EM TIMOR-LESTE"
MOVIMENTO CRISTÃO PARA A PAZ
COMUNIDADE CRISTÃ DA LOUROSA